



**Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Conselho Deliberativo**

**ATA DE REUNIÃO**

**Nº do Processo:** 271.00000274/2024-11

**Interessado:** Conselho Deliberativo

**Assunto:** Ata da 169ª Reunião Ordinária

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 10h30, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, por videoconferência, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram remotamente: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva e Juliana Velho, membros titulares; Ana Luiza Guanaes Marino, Luiz Gustavo de Castro Oliveira e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Fundação, presencialmente: Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, André Rodrigues Veras, Diretor de Segurança; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional. Remotamente: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação; Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete; Joseane da Silva Prado, Ana Flavia Cunha Canabrava e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues e Renata Simões de Souza Auditoras; Paulo Roberto Rosa, Gerente de Portfólio da Diretoria de Investimentos. Como convidados: Arnaldo Lima, Líder de Relações Institucionais da Polo Capital, Victor Gaspar Assessor de Relações Institucionais da Polo Capital, e Marcos Pontes, Especialista em Governança da Polo Capital. Aberta a reunião, a Presidente deu as boas-vindas aos presentes, confirmou o quórum para instalação da reunião e iniciou tratando do primeiro item da pauta, referente à aprovação da Ata da 168ª Reunião Ordinária (Processo SEI nº 271.00000274/2024-11), informando que a minuta havia sido previamente submetida aos Conselheiros, sem que houvesse sido apontada necessidade de ajustes, a qual restou aprovada, por unanimidade. Na sequência, a Presidente passou ao segundo item da pauta, referente à aprovação da Ata da 147ª Reunião Extraordinária (Processo SEI nº 271.00000274/2024-11), aprovada por unanimidade pelos conselheiros, mediante ratificação por meio eletrônico. Dando continuidade à pauta, Marina passou ao terceiro item da pauta referente ao Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026 (Processo SEI nº 271.00000305/2026-97), e concedeu a palavra à Sra. Sueli, que apresentou o plano elaborado com base em referenciais técnicos, objetivos estratégicos da entidade, avaliação de riscos e alinhamento prévio com o Comitê de Auditoria – COAUD, destacando a priorização dos riscos críticos relacionados ao processamento incorreto de arquivos e à cibersegurança, bem como a incorporação, no planejamento de 2026, dos trabalhos não executados em 2025, e informando que a execução das atividades considerou a capacidade operacional restrita à atuação individual da Auditoria Interna ao longo de 2026, com previsão de eventual contratação de empresa especializada para realizar testes de segurança cibernética no último trimestre; Adicionalmente, detalhou os principais objetos de auditoria previstos no plano, com destaque para os processos de Gestão de Cadastro e Gestão de Folha de Benefícios, considerados críticos para a integridade das informações dos participantes e correta concessão e manutenção dos benefícios, bem como

para os processos de Gestão de Acessos e controles de tecnologia da informação, com foco na mitigação de riscos relacionados a acessos indevidos e fragilidades de segurança. O Conselheiro Aldo enfatizou a relevância dos temas de gestão de acessos e segurança, enquanto o Conselheiro Demetrius reforçou a necessidade de priorização de ações relacionadas à cibersegurança. Já o Conselheiro Dutra destacou a importância do fortalecimento dos acessos e controles de tecnologia da informação. Marina registrou preocupação quanto ao não cumprimento do PAINT 2025 e à incorporação de seus itens ao PAINT 2026 e solicitou que a Diretoria Executiva formalize justificativa detalhada nos processos administrativos de ambos Planos de Auditoria, registrando fatos como a descontinuidade no cargo de auditor interno e seus reflexos. O Diretor-Presidente Sylvio apresentou esclarecimentos sobre os períodos de vacância e limitações operacionais ocorridos em 2025, tendo a Conselheira Juliana sugerido a elaboração de nota técnica. O Conselheiro Fabio reforçou a necessidade de registro formal das justificativas, da rastreabilidade das decisões e de maior atuação do COAUD como instância de apoio técnico ao Conselho Deliberativo. Finalizamos os debates, o PAINT 2026, foi aprovado, por unanimidade, para realização dos seguintes processos: i) Recomendações Órgãos de Controle (status); ii) Gestão de Acessos; iii) Cota; vi) Fechamento Contábil; v) Gestão de Cadastro; vi) Gestão de Folha de Benefícios; e VII) Cibersegurança. Na sequência, item 4 da pauta – Apresentação da Exposição Consolidada do Fundo Exclusivo (PREVCOM Crédito Institucional – Polo Capital): Regramentos, Estrutura e Estratégia. O Diretor-Presidente, esclareceu que a gestora Polo Capital foi convidada a realizar a apresentação, tendo em vista sua maior especialização técnica sobre o tema. Registrou-se a participação do Sr. Arnaldo Lima, Líder de Relações Institucionais da Polo Capital, acompanhado de membros de sua equipe. O Sr. Arnaldo apresentou os principais aspectos do fundo, destacando que sua estrutura observa rigorosamente os normativos aplicáveis, em especial a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, e, Resolução CMN nº 5.202/2025, de 27 de março de 2025, com foco em análise prévia e monitoramento contínuo dos riscos de crédito, mercado, liquidez e governança, incluindo critérios de sustentabilidade (ESG). Informou que a gestora utiliza modelo próprio de análise de crédito, baseado em parâmetros como caráter, capacidade, capital, colateral e condições, com classificação interna de risco. Ressaltou que o fundo possui perfil conservador (“high grade”), com alocação mínima de 20% em títulos públicos e diversificação em ativos de crédito de emissores de capital aberto, incluindo debêntures, instrumentos bancários e cotas de fundos enquadrados na regulamentação vigente. Esclareceu as vedações aplicáveis, tais como investimentos em pessoas físicas, empresas de capital fechado e ativos não enquadrados. No tocante à governança e custos, apresentou a estrutura de taxas, incluindo taxa de administração de 0,4% ao ano e previsão de taxa global máxima, conforme regulamentação vigente, destacando mecanismos para evitar sobreposição de taxas (“taxa sobre taxa”). Durante a apresentação, o Conselheiro Demetrius questionou sobre a possibilidade de incidência de taxas adicionais em caso de investimento em cotas de outros fundos. Arnaldo esclareceu que há limites regulatórios para a taxa global e que, atualmente, não há estratégia de alocação relevante em outros fundos, sendo a gestão predominantemente direta em ativos. A Presidente Marina solicitou esclarecimentos adicionais quanto à racionalidade de eventual investimento em cotas de outros fundos, considerando a capacidade da PREVCOM de acessar diretamente tais oportunidades. Em resposta, o Sr. Arnaldo indicou que tais situações seriam pontuais e condicionadas à atratividade risco-retorno, não constituindo foco da estratégia. O Sr. Marcos Pontes apresentou a metodologia de testes de estresse e liquidez, destacando o uso de sistema próprio para monitoramento contínuo da capacidade de liquidação da carteira, com base em dados de mercado e premissas conservadoras. Destacou que o fundo apresenta elevada liquidez, com significativa parcela em ativos de rápida realização. O Conselheiro Dutra manifestou preocupação quanto à garantia de liquidez diante da flexibilidade de alocação do fundo. O Sr. Marcos Pontes esclareceu que o perfil do fundo, aliado ao prazo de resgate (D+30), à diversificação e à predominância de ativos de alta qualidade de crédito, confere elevado grau de segurança e previsibilidade de liquidez, ressaltando ainda a natureza de longo prazo dos investimentos da PREVCOM. Encerrados os esclarecimentos e não havendo novas

manifestações, a Presidente passou ao Item 5 da pauta – Relatório Mensal dos Investimentos – fevereiro/2026. O Diretor-Presidente informou que o patrimônio líquido da PREVCOM encerrou o mês próximo a R\$ 5 bilhões, com crescimento decorrente de novas arrecadações, destacando o ingresso de R\$ 46,2 milhões no período. Informou sobre evolução na diversificação dos planos, com redução relativa da concentração nos principais e crescimento relevante de planos como o do Estado do Pará e da Prefeitura de São Paulo. Na análise de alocação, destacou a predominância de renda fixa, com mais de 90% dos recursos indexados a CDI e inflação, mantendo perfil conservador. A carteira apresenta ainda exposições em renda variável, investimentos no exterior, fundos imobiliários, FIPs e operações com participantes. Quanto à rentabilidade, registrou desempenho de 0,96% no mês, equivalente a 94,11% da meta atuarial, com impacto positivo da renda variável no período, embora com expectativa de maior volatilidade nos meses subsequentes. No acumulado do ano, a rentabilidade superou a meta estabelecida. Foram apresentadas as movimentações relevantes da carteira, incluindo aportes no fundo PREVCOM Crédito Institucional – Polo Capital, bem como alocações em fundos referenciados DI e títulos públicos. Informou, adicionalmente, a interrupção temporária de novos aportes no fundo da Polo Capital, para aprofundamento das análises, em atenção às preocupações levantadas pelo Conselho Deliberativo. Destacou, ainda, movimentações de migração entre fundos, sem ingresso adicional de recursos, visando melhoria de estratégia e incorporação de critérios ESG. No tocante aos resgates, foram registrados aproximadamente R\$ 6,4 milhões no período, associados principalmente a desligamentos de participantes (exonerações e programas de desligamento voluntário – PDVs). O Diretor Presidente relatou a adoção de ações para mitigação de resgates, incluindo iniciativas de retenção. O Conselheiro Dutra complementou com informações sobre decisões judiciais envolvendo servidores de universidades, que impactaram a situação previdenciária de determinados participantes. Ao final, o Diretor-Presidente propôs aprimoramentos na apresentação dos relatórios, com vistas a melhor refletir comparações de desempenho no segmento de planos de contribuição definida (CD), proposta que será desenvolvida para apreciação futura pelo colegiado. Encerrada a apresentação sem novos questionamentos ou apontamentos, passou-se ao item 6 da pauta – Acompanhamento do Plano de Ação – Auditoria (fevereiro/março de 2026). A Presidente concedeu a palavra à Sra. Renata, que realizou a apresentação do acompanhamento dos planos de ação decorrentes de auditoria e de avaliação de riscos. Inicialmente, informou que, a partir do próximo mês, a Sra. Sueli passará a apresentar as ações decorrentes de auditoria, permanecendo sob sua responsabilidade as ações relacionadas à avaliação de riscos. No tocante à atualização do painel de monitoramento, destacou tratativas realizadas junto ao COAUD, especialmente quanto à necessidade de elaboração de uma política de auditoria interna, em revisão atualmente pela Auditora Interna, bem como à definição de critérios objetivos para prorrogação de prazos dos planos de ação, tema que será oportunamente submetido à apreciação do Conselho Deliberativo. Apresentou status consolidado das ações, informando a existência de dezoito planos de ação em aberto, estando dez deles dentro do prazo estabelecido e oito deles com prazos vencidos e sem conclusão. Reportou que, no período, houve a conclusão de uma ação na área de Tecnologia da Informação, relativa ao gerenciamento de acesso aos sistemas, com a implantação de autenticação em duplo fator no sistema da MJ, considerada plenamente atendida. Informou ainda que, no histórico geral, dezesseis ações já foram reprogramadas, reforçando a necessidade de definição de critérios formais para tais reprogramações. Na sequência, detalhou o andamento das principais recomendações, destacando: (i) a revisão do Termo de Referência para contratação de consultoria voltada à política de sucessão e avaliação dos órgãos de governança; (ii) a elaboração da política de gestão de riscos, incluindo proposta de declaração de tolerância a riscos, a ser submetida à Diretoria Executiva; (iii) a manutenção da recomendação referente à ampliação de recursos de auditoria, incluindo eventual contratação de auditoria externa especializada em tecnologia da informação e cibersegurança; e (iv) a evolução parcial na mensuração da efetividade do programa de compliance, cujo andamento encontra-se temporariamente impactado pela priorização dos trabalhos do grupo de revisão normativa. Em relação às áreas operacionais, registrou: (a) na Diretoria Administrativa, a necessidade de

reprogramação de ações relacionadas ao concurso público previsto para 2027, além do avanço em gestão documental e contratação para organização do acervo físico; (b) na Diretoria de Tecnologia da Informação, a perspectiva de submissão de normativos à Diretoria Executiva após publicação da norma interna correspondente; e (c) na Diretoria de Investimentos, o andamento da contratação para automação de processos integrados. No que se refere aos planos de ação oriundos da avaliação de riscos, destacou a redução de 28 para 10 ações relativas a riscos críticos e muito altos, representando diminuição aproximada de 65%. Informou, contudo, a necessidade de reprogramação de iniciativas na área de tecnologia, especialmente relacionadas à implementação do sistema de gestão de clientes CRM (Salesforce), bem como o andamento de ações vinculadas à continuidade de negócios, recuperação de desastres e segurança cibernética, incluindo contratação de ferramentas e seguros específicos. Por fim, registrou a conclusão de três ações na Diretoria Administrativa no período, bem como o andamento de avaliação conduzida junto à Mongeral na Diretoria de Relacionamento Institucional. Aberta a palavra aos Conselheiros, sem manifestações. Na sequência o item 7 da pauta – Relatos e Comunicações do Diretor-Presidente, Sylvio informou que a PREVCOM foi agraciada com dois prêmios concedidos pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA), em reconhecimento às metodologias de desenvolvimento do Planejamento Estratégico e à estratégia de implementação na área de tecnologia da informação, destacando tratar-se de relevante reconhecimento institucional. Na sequência, comunicou que o processo de indicação do novo Diretor de Investimentos encontra-se em tramitação junto ao Governo do Estado. O Diretor-Presidente registrou ainda agradecimento ao Conselheiro Demetrius pelo período de atuação no Conselho Deliberativo, ressaltando suas contribuições à governança e à qualidade das decisões da Fundação, manifestando confiança na continuidade de sua atuação como membro do Conselho Fiscal. Demetrius agradeceu as manifestações, destacando o aprendizado adquirido e reiterando seu compromisso de continuidade na colaboração com a PREVCOM. Os demais Conselheiros presentes também registraram agradecimentos e reconhecimento pela atuação do Conselheiro Demetrius. Na sequência, foram discutidos aspectos relacionados a processos de habilitação junto à PREVIC, tendo sido registrado pela Presidente o impacto no tempo de espera para análise conclusiva dos processos referentes a novos conselheiros e dirigentes. Sylvio informou que a equipe técnica tem realizado acompanhamentos e contatos junto ao órgão regulador, sendo também mencionada a possibilidade de atuação institucional para tentativa de celeridade. Adicionalmente, o Conselheiro Fabio pontuou acerca da situação transitória da função de AETQ, sendo esclarecido pelo Diretor-Presidente que as operações de investimentos realizadas no período observaram critérios conservadores, concentradas em títulos públicos federais, não havendo irregularidades. Por fim, a Presidente questionou a Diretoria Executiva sobre os processos para certificação de conselheiros pelo ICSS. A Diretora Vanessa informou que o processo de contratação para emissão de vouchers encontra-se em fase final, com previsão de regularização na semana subsequente. Por fim, no tocante ao item 8 da pauta – Relatos e Comunicações da Presidente do Conselho Deliberativo, Marina solicitou reforço nas tratativas institucionais com a PREVIC para mitigação de riscos operacionais, em especial a habilitação do Diretor-Presidente como AETQ. Reforçou a necessidade de celeridade na disponibilização de vouchers para certificação dos conselheiros, diante da proximidade do vencimento de certificações vigentes. A Presidente informou que, tão logo haja evolução nos processos de habilitação ou indicação de novos dirigentes, será convocada reunião extraordinária para discussão dos temas. Para fins de registro e adequada consolidação das informações relacionadas às Demonstrações Financeiras encaminhadas aos órgãos de supervisão, a Presidente consignou que, no âmbito da 149ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada na mesma data, o Conselheiro Aldo Cuomo manifestou preocupação quanto à ausência de disponibilização prévia do parecer final da auditoria independente, com destaque para a existência de parágrafo de ênfase relacionado à reapresentação de informações contábeis, conforme Nota Explicativa nº 16. Na ocasião, o Sr. Waldemar Namura, sócio da BDO Auditoria Independente, esclareceu que a prática adotada consiste na emissão do relatório final apenas após a aprovação pelos órgãos de governança, sendo previamente apresentada minuta

para apreciação, tendo em vista a impossibilidade de alterações após sua formalização. O Conselheiro registrou que, não obstante os esclarecimentos prestados, o tema poderá ser objeto de análise adicional. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

**Marina Brito Battilani**

Presidente do Conselho

**Aldo Cuomo**

Conselheiro

**Demetrius Queiroz do Rêgo Barros**

Conselheiro

**Fábio Teizo Belo da Silva**

Conselheiro

**José Francisco Dutra da Silva**

Conselheiro

**Juliana Velho**

Conselheira



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz Do Rego Barros, Conselheiro**, em 24/04/2026, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 24/04/2026, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 24/04/2026, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 24/04/2026, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 24/04/2026, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 25/04/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0104087762** e o código CRC **D49FBC44**.

---